

Sobre o preço e valor das publicações científicas: reclamação ou indignação?

About price and value of scientific publications: criticism or indignation?

HARLEY E. A. BICAS¹, WALLACE CHAMON²

Uma das peculiaridades do tempo em que vivemos é a enorme velocidade com que se processam transformações. Elas são de variadas ordens, afetando diretamente as condições de vida das pessoas e de suas oportunidades, tudo, basicamente, causado pelo rapidíssimo progresso científico e tecnológico. Obviamente, portanto, nessa vertiginosa temporalidade em que concepções, costumes e comportamentos são muitas vezes mudados, até de forma radical, não deveria surpreender o fato de que a própria ciência sofresse abalos em suas ações e no modo como elas são transmitidas. Desenha-se uma turbulência relativa à disseminação dos trabalhos acadêmicos, na qual a comunidade que os produz, geralmente pouco afeita a protagonismos, parece decidida a reagir. De fato, um cientista deve pagar para publicar seus trabalhos? Deve pagar para ter acesso ao conhecimento gerado pelos seus colegas?

Pode-se supor como procederam os autores das primeiras descobertas e como se propagou, inicialmente, o conhecimento então adquirido (lentamente trabalhado, ou casualmente encontrado). É bem provável que alguns tenham procurado ciosamente guardá-lo, usufruindo as vantagens de sua posse; conquanto outros optassem por seu imediato compartilhamento, representando o pensamento dos cientistas. De qualquer modo, o que permitiu avanços às gerações seguintes, tanto os de aperfeiçoamentos desses conhecimentos, quanto os de se chegar a outros novos a partir deles, foi, inequivocamente, tê-los recebido. Em suma, a *divulgação* do conhecimento é necessária à sua evolução, é da lógica da própria ciência que ela se multiplique por sua difusão.

Hoje, a ciência ainda mantém esses modelos de aquisição, acumulação e uso do conhecimento (cioso ou compartilhado), entendidos como próprios da natureza humana. Mas profissionalizou-se, está organizada, institucionalizada, em *indústrias* e *universidades*, ambas investindo em pesquisas. As *indústrias*, para usufruir proveitos de seus trabalhos, distribuindo-os a seus financiadores (acionistas). As engrenagens sociais permitem que os "lucros", os resultados de suas pesquisas (patentes) permaneçam privadamente mantidos (pelo menos por certo período), embora o "segredo" delas (a ciência, propriamente dita) se torne quase imediatamente conhecido. Já as *universidades*, objetivam conhecer mais (ênfaticamente a "pesquisa" como um de seus pilares básicos de sustentação), para mais e melhor difundir o conhecimento (isto é, "ensinar"). Essa missão nitidamente social, deve ser amparada pelos poderes públicos. E por isso, entende como seu dever a *publicação* de seus labores, em difusão ampla, geral e irrestrita, aberta e franca.

Os "cientistas" modernos divertem-se (não com o significado de folguedos - pois a pesquisa científica requer disciplina metódica e trabalho árduo - mas no sentido de seguir vertentes diferentes) na produção de conhecimentos *práticos* (aplicados) ou *teóricos* (básicos), que, ao fim, convergem a um mesmo ponto (daí as empresas "de ponta", embora "pragmáticas", investirem tanto em pesquisas "puras").

Conhecidos o cenário e os atores, chegamos agora ao enredo (palavra que descreve bem a situação de "dentro de amarras", preso a circunstâncias), às possíveis respostas contidas nas perguntas formuladas no começo.

É discutível se o princípio da *publicação* do conhecimento seja universal, ou deva prevalecer em toda e qualquer conjuntura. Ele não é essencialmente violado no caso das patentes (a ciência sobre os produtos que delas decorrem e que são comercializados é, por eles, automaticamente difundida, embora o "lucro" seja legalmente protegido).

As questões agora pendentes não se referem a esse contexto, mas ao *comércio* das publicações científicas. Ou seja, às suas *compras* e *vendas*. A postura acadêmica tradicional sempre foi a de que o conhecimento científico tem tanto valor que "não tem preço". É claro que, como *trabalho*, tanto a produção quanto a difusão do conhecimento devem ser remuneradas, isto é, tanto o *cientista* (o elemento da "pesquisa") quanto o *professor* (elemento do "ensino") devem *receber* e não, ao contrário, *pagar* para a realização de suas funções. Tão estranha é a cobrança de um conferencista ou palestrante para ministrar a sua "aula", quanto a de um cientista para publicar o seu artigo. Embora se explique.

Realmente, o crescente número de pesquisadores e a pressão no sentido de que seus produtos (artigos científicos) escoem (sejam publicados) por determinados veículos (revistas científicas), isto é, com bons *fatores*

Submetido para publicação: 22 de maio 2012
Aceito para publicação: 2 de julho 2012

Financiamento: Não houve financiamento para este trabalho.

Divulgação de potenciais conflitos de interesse: H.E.A.Bicas, Nenhum; W.Chamon, Nenhum.

¹ Oftalmologista. Departamento de Oftalmologia. Faculdade de Medicina. Universidade de São Paulo - USP - Ribeirão Preto (SP), Brasil.

² Oftalmologista. Departamento de Oftalmologia. Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP - São Paulo (SP), Brasil.

de impacto, resultou em que tais revistas se pusessem em situação privilegiada, não só passando a exigir mais qualidade nas publicações como, por outro lado, *dinheiro* pelo espaço concedido. Uma simples lei mercadológica da oferta (condicionada e restrita) e da procura (ampla, competitiva). Tais veículos *valorizaram-se* (no sentido pecuniário do termo) pela mercancia possibilitada. A possibilidade de que agências de fomento à produção científica (como, no Brasil, o CNPq, a FAPESP e outras) paguem para a publicação de um trabalho, não exclui o desvio ético dessa cobrança.

É verdade que uma revista científica tem seus custos de produção. Recepção, julgamento e seleção de matérias; papel, tinta, impressão, ou disponibilização eletrônica, etc. exigem numerário. E que, por isso, pode arguir o direito de cobrar por sua leitura. (Curiosamente, parte essencial da qualidade da revista - a do julgamento do valor científico dos artigos - é, na maior parte das vezes, obtida graciosamente de assessores que se sentem "recompensados" pelo simples fato de serem chamados para o serviço.) Assim, muitas das revistas cobram por *assinaturas*, isto é, pela disponibilização das leituras de seus artigos a eventuais interessados (o chamado *acesso pago*).

Timothy Gowers, um eminente matemático da Cambridge University, rebelou-se contra a primeira "injustiça"^(1,2), daí se originando um abaixo-assinado (capitaneado por outro cientista, Tyler Nylon) para boicotar os produtos da maior editora de periódicos científicos do mundo, cujas publicações seguem essas orientações de cobranças *para publicar*. A veneranda Harvard University insurgiu-se contra o custo das assinaturas, não porque as revistas cobrassem para ser lidas, mas por suas exorbitâncias, injustificadas sob qualquer pretexto⁽³⁾. Algumas assinaturas anuais podem custar até 40 mil dólares americanos (US\$) para as bibliotecas. O Ministério da Saúde brasileiro lançou recentemente um portal de acesso às publicações científicas para profissionais da saúde com custo anual estimado de US\$ 5 milhões (<http://periodicos.saude.gov.br>)⁽⁴⁾. Desde o final do ano 2000, o Brasil possui um dos maiores programas de acesso à literatura científica do mundo, desenvolvido pela Capes (Portal de Periódicos da Capes - <http://www.periodicos.capes.gov.br>). Atualmente esse portal permite o acesso a mais de 24 mil periódicos com texto completo para mais de 300 instituições. O custo total desse projeto, em 2010, foi de 61,2 milhões de dólares americanos, grande parte paga às editoras científicas⁽⁵⁾. O *acesso pago* discrimina economicamente os usuários da ciência; enquanto a cobrança de quem produz avilta o reconhecimento ao trabalho. Uma é questão econômica; a outra é infração ética. Uma requer **reclamação**. A outra, **indignação**.

Em tempo: os Arquivos Brasileiros de Oftalmologia acreditam que o acesso ao conhecimento deve ser irrisório, não cobrando de seus autores e disponibilizando gratuitamente seu conteúdo. O acesso livre é condição *sine qua non* para estar presente na plataforma SciELO (www.scielo.br), uma vitoriosa iniciativa brasileira, que agora demonstra ao mundo como proceder com referência à disponibilização das "publicações" científicas. Hoje em dia, pelo que se vê, não tão "públicas" assim...

REFERÊNCIAS

1. The cost of knowledge [Internet]. [updated 2012 Jul 2; cited 2012 Jul 2]. Available from: <http://thecostofknowledge.com>.
2. Aaronson S, Arnold DN, Avila A. The cost of knowledge: statement of purpose [Internet]. [cited 2012 Jul 2] Available from: <http://gowers.files.wordpress.com/2012/02/elsevierstatementfinal.pdf>
3. Harvard University. Faculty Advisory Council Memorandum on Journal Pricing: major periodical subscription cannot be sustained. [Internet]. Boston: Harvard University; 2012. [updated 2012 Apr 17; cited 2012 Jul 2]. Available from: <http://sites.harvard.edu/icb/icb.do?keyword=k77982&tabgroupid=icb.tabgroup143448>
4. Brasil. Ministério da Saúde. Portal facilitará acesso a publicações científicas [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2012. [updated 2012 May 29; cited 2012 Jul 2]. Available from: <http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/noticia/5358/162/portal-facilitara-acesso-a-publicacoes-cientificas.html>
5. Almeida ECE, Guimarães JA, Alves ITG. Dez anos do Portal de Periódicos da Capes: histórico, evolução e utilização. Rev Bras Pós-Graduação. 2010;7(13):218-46.